



Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações

The Urban Collectives of the city of São Paulo:
actions and reactions

*Paula Hori, mestranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo,
paulahori@gmail.com*

Resumo

Este artigo propõe discutir a atuação dos coletivos urbanos nos espaços públicos da cidade de São Paulo, sua relação com o poder público municipal, com o setor privado e com o mercado imobiliário. Como estudo de caso, foi exposta a história e a luta do coletivo urbano Ocupe e Abrace que atua na Praça da Nascente no bairro da Vila Pompeia, na cidade de São Paulo.

Palavras Chave: espaço público; apropriação; coletivos urbanos; Ocupe e Abrace.

Abstract

This article aims to discuss the interventions of urban collectives in public spaces in the city of São Paulo, their relations with local government, private sector and real state market. As a case study it was present the history and struggle of the urban collective named "Ocupe e Abrace" which is engaged in the improvement of the Nascente Square ("Praça da Nascente") in the neighborhood of Vila Pompeia in the city of São Paulo.

Keywords: public space; appropriation; urban collectives; Ocupe e Abrace.

INTRODUÇÃO

Muitos dos espaços públicos das metrópoles brasileiras não foram pensados com papel estruturador do desenho da cidade. Configurados como áreas residuais entre as edificações ou como resquícios do traçado do sistema viário, esses espaços se encontram abandonados e deteriorados, servindo apenas como locais de passagem. Diante dessa condição, eles acabam atraindo tipos de usuários que tiram proveito do seu abandono e da falta de vigilância para praticar atividades clandestinas. Esse movimento de abandono dos espaços públicos pelas classes média e alta se intensificou entre os anos 1980 e 1990, atraindo o interesse do mercado e estimulando a imposição de um urbanismo pautado no capital, na qual shoppings centers, condomínios fechados e empreendimentos imobiliários de luxo prevaleceram sobre os espaços públicos e de caráter coletivo. Esquecidos entre os arranha-céus, os espaços públicos perdem sua potencialidade de troca, interação, diversidade e convívio e acabam virando locais de medo dentro da cidade, dando lugar para enclaves fortificados (CALDEIRA, 2011).

As políticas públicas, muitas vezes influenciadas pelo mercado imobiliário, passaram a concentrar seus investimentos em áreas onde predominam os interesses de apenas um setor privilegiado da sociedade e afastaram os recursos da manutenção dos espaços públicos. Sem levar em conta a complexidade urbana, administradores públicos, arquitetos, urbanistas e promotores de venda, criaram uma cidade voltada para consumidores, onde se prioriza o veículo em detrimento dos pedestres e condomínios fechados ao invés de espaços públicos. Esse modo de pensar a cidade gerou um processo desigual de urbanização, caracterizado por contradições urbanas, levando a um desgaste da noção de espaço público.

É preciso resgatar a essência e função primordial do espaço público como local de troca e como cenário da diversidade e da democracia. Para isso, se faz necessário valorizar essas áreas adequando-as às necessidades dos usuários através da participação ativa das comunidades para que esses espaços se tornem, de fato, favoráveis à felicidade. A cidade, elemento central de estruturação da sociedade contemporânea, é uma obra dos cidadãos que têm o direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida (LEFEBVRE, 2010). É também a expressão máxima da construção social do espaço e centro das possibilidades de transformação social. Ela deve ser pensada como uma totalidade coletivamente produzida para que possa ser coletivamente apropriada e democraticamente administrada por aqueles que a reproduzem (HARVEY, 1980). A busca por uma cidade mais justa está pautada na luta pelo direito à cidade, pelo direito de participar ativamente das discussões sobre o destino da cidade e das relações sociais que nela ocorre (HARVEY, 2014).

A partir do conceito de direito à cidade e em resposta às contradições geradas pelo urbanismo imposto pelo capital, começam a surgir nos anos 2000 movimentos sociais que incentivam a ocupação dos espaços públicos ao invés dos espaços fechados. Os chamados coletivos urbanos vieram para questionar as condições em que se encontram essas áreas através de manifestações e apropriações de caráter artístico, político e urbanístico. Todos se unem em torno do mesmo ideal de gerar discussão sobre a prática de construir a cidade através de apropriações e ações imprevisíveis. Chamam a atenção dos cidadãos e atraem olhares aos espaços públicos ociosos, esquecidos pelo poder público e pela sociedade, para ressaltar o ideal de lazer, cultura e convivência em meio ao ambiente urbano.

Diante dessa contextualização, nota-se que a atuação dos coletivos urbanos é direcionada para a formação de cidades mais inclusivas e democráticas, contra o urbanismo vigente pautado no capital. Mas, sendo assim, o que explica as críticas a essas ações? São elas ações gentrificadoras? Elas são uma forma de urbanismo neoliberal? Essas práticas incentivam o conceito de cidade mercadoria? Para entender essas questões, será exposto o histórico da formação dos coletivos, sua relação com o poder público, com o setor privado e com o mercado imobiliário.

OS COLETIVOS URBANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Nos anos 2000 começam a se formar os primeiros grupos de pessoas da sociedade civil que se organizavam de forma horizontal e colaborativa para promover o uso dos espaços públicos da cidade de São Paulo através de manifestações inusitadas.

O coletivo BijaRi, por exemplo, formado em 2001 por arquitetos, artistas e uma equipe de produção digital continuam atuando até os dias atuais, desenvolvendo instalações, performances e situações no espaço urbano que envolvem públicos diversos. O projeto “Praças (im)possíveis”, realizado em 2015 pelo coletivo, transformou bicicletas em peças de mobiliário urbano que percorrem os vários espaços da cidade. Outro exemplo, o Barulho.org criado em 2002 propunha a ativação dos espaços públicos através da organização de festas. Para isso, realizavam a montagem de telas de projeção com som, reunindo diferentes artistas gráficos e *performers* no sentido de criar um acontecimento na rua, aberto a qualquer tipo de público.



Figura 01: Praças (Im)possíveis no Minhocão, Catraca Livres, 2015

Figura 02: Praças (Im)possíveis no Memorial da América Latina, Catraca Livre, 2015

Nos anos 2010 a atuação desses tipos de grupo, classificados como coletivos urbanos, passaram a ganhar mais força dentro da mídia e do cenário urbano. O Movimento Baixo Centro, formado em 2012, teve grande destaque pela sua atuação na região do chamado Minhocão, via elevada no centro de São Paulo. Desde a década de 1970 o Elevado é fechado aos carros durante a noite devido ao transtorno sonoro que a circulação de automóveis gerava para os moradores do entorno. Com o tempo, o local passou a ser fechado também aos domingos, fazendo com que a via de 3,5 km ficasse aberta aos pedestres todo o dia. Vendo o potencial de utilização que o espaço tinha, o coletivo começou a promover atividades e festas no Elevado a fim de estimular a ocupação desse espaço como uma área de lazer acessível a todos. Em 2015, o Minhocão passou a ser fechado também aos sábados a partir das 15h, desta vez com a intenção explícita de oferecer o espaço para o lazer das pessoas.



Figura 03: Festa organizada pelo coletivo Baixo Centro no Minhocão, facebook Festival Baixo Centro, 2012

Figura 04: Imagem de divulgação do Festival Baixo Centro, facebook Festival Baixo Centro, 2013

A partir dos anos 2013, houve um crescimento considerável do número de coletivos na cidade. Muitos deles se apropriam dos espaços públicos e incentivam o engajamento da comunidade através de mutirões de trabalho para a requalificação física e funcional desses espaços. Buscam a participação da sociedade civil no processo de mudança dos usos dos espaços públicos através do

fortalecimento dos valores civis e do empoderamento da comunidade. Essas ações podem ser identificadas pelos nomes de urbanismo de guerrilha, urbanismo tático, urbanismo insurgente, urbanismo pop-up e urbanismo “faça você mesmo” (do it yourself – DIY – urbanism). Os coletivos A Batata Precisa de Você¹, Bela Rua², Ocupe e Abrace³, entre outros, são exemplos desses coletivos de intervenção e transformação do espaço. Há aqueles também de caráter mais político, que trazem para a discussão questões de gênero, raça e mobilidade dentro da cidade, como os movimentos feminista (Ex: Feminicidade⁴), negro (Ex: Coletivo Sistema Negro⁵), cicloativista (Ex: Ciclocidade⁶) ou de mobilidade a pé (Ex: Sampapé⁷).

Esses coletivos, principalmente os que trabalham na transformação do espaço, têm suas ações concentradas predominantemente no centro e no quadrante sudoeste da cidade de São Paulo, regiões com mais alta renda, alto Índice de Desenvolvimento Humano, menores taxas de homicídios e menor vulnerabilidade social. Foram nessas áreas também que o urbanismo dos enclaves fortificados foram massivamente implantados nos anos 1980 e 1990, por se tratar de áreas da elite paulistana, como explicita Caldeira (2011):

“Os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre classes. Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, shoppings centers, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados

¹ Criado em 2014, é formado por moradores e frequentadores do Largo da Batata na zona oeste de São Paulo e pessoas dispostas a transformar a Batata em um espaço de estar e não apenas de passagem. Fazem ações regulares de ocupação do Largo e atividades de ativação para a transformação do espaço. Seus objetivos são fortalecer a relação afetiva da população local com o Largo da Batata, evidenciar o potencial de um espaço como local de convivência, testar possibilidades de ocupação e reivindicar infraestrutura permanente que melhore a qualidade do Largo como espaço público.

² Criado em 2013, se propõe a oferecer melhores experiências urbanas para as pessoas. Estudam a vida nos espaços públicos para desenvolver soluções e projetos urbanos focados no comportamento, nos desejos e nas necessidades das pessoas. Seu objetivo é transformar a rua e o espaço público em um lugares mais atrativos, convidativos, acessíveis, saudáveis e seguros.

³ Criado em 2013 a partir da vontade de revitalizar a Praça Homero Silva. Rebatizada de Praça da Nascente, o maior espaço público verde da Pompeia na zona oeste de São Paulo, possui muitas nascentes do riacho Água Preta. Seu foco é fazer as pessoas se reconectarem com a natureza, as águas, criando um ambiente fértil para interações, onde todos se apropriem do espaço, se sintam afetivamente conectados a ele e passem a cuidar também, recriando o sentido de comunidade ao redor da praça.

⁴ Criado em 2015, o projeto mobilizou dezenas de voluntárias para ouvir histórias de mulheres pelas cidades e registrar esses depoimentos em fotografias, textos, frases e poesias, que ocupam as ruas em formas de lambes. Por acreditar no poder inspirador de cada mulher, o grupo continua ocupando o espaço público com suas histórias e viabilizando encontros onde elas sintam-se à vontade para dar voz às suas próprias narrativas. Além das intervenções urbanas, proporcionam espaços para diálogo e debate de temas relevantes às mulheres para disseminar informações como forma de empoderamento.

⁵ Criado em 2013, é um coletivo formado por produtores, artistas, empreendedores e educadores negros que mescla cultura e ação, no combate ao racismo.

⁶ Criado em 2009, tem como missão contribuir para a construção de uma cidade mais sustentável, baseada na igualdade de acesso a direitos, promovendo a mobilidade e o uso da bicicleta como instrumento de transformação. Foi formado a partir da reunião de dezenas de cidadãos atuantes na defesa da mobilidade por bicicletas, que perceberam a necessidade de uma entidade representativa para ampliar o alcance de suas ações individuais

⁷ Criado em 2012 com o objetivo de aproximar o cidadão à cidade através do deslocamento a pé. A organização promove passeios temáticos a pé pela cidade, gerando a experimentação e estimulando a prática da caminhada de forma lúdica. Também discute pautas importantes do desenvolvimento da cidade para quem anda a pé.

para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos.(...) Os enclaves fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição.”

Diante desse panorama, pode-se se associar a concentração de coletivos urbanos nas áreas central, sul e oeste da cidade pelo fato de que foram elas que sofreram grande privação do uso dos espaços públicos pela proliferação dos espaços fechados. Diferente do que diz Caldeira (2011) sobre os jovens de classe média e alta que vivem na cidade de muros não sentem a falta dos espaços abertos⁸, o surgimento dos coletivos urbanos vem mostrar o contrário já que muitos deles são um movimento de elite. Além disso, esses jovens das classes privilegiadas puderam conhecer experiências e vivenciar o espaço público em outras cidades do mundo, dando-lhes a consciência de que a cidade de São Paulo é carente de espaços de qualidade adequados ao uso das pessoas.

Por outro lado, alguns desses coletivos urbanos centrais acabam deixando de lado o apelo social e urbano, motivando atividades lúdicas e midiáticas. Acabam concentrando suas ações na realização de oficinas para execução de mobiliário urbano, festas e eventos em espaços abertos, mutirões de pintura de muros e escadarias, entre outros, que não deixam de ser importantes para a transformação e apropriação dos espaços públicos, mas que acabam sendo usadas como “animação cultural” pelo poder público para esconder os reais problemas da cidade, como a desigualdade e a marginalização.

Nas periferias, a relação que se tem com o espaço público é diferente, como aponta o arquiteto e urbanista Guilherme Wisnik ao relatar a fala de um ouvinte em uma palestra⁹ que questionava o elitismo e a centralidade desses movimentos urbanos:

“...uma das pessoas presentes, que se identificou como um morador da periferia, observou que o espaço público é em essência um problema do centro, e não da periferia, pois lá, segundo sua opinião, as pessoas usam muito mais as ruas como espaço de convivência cotidiana, independentemente de isso ganhar ou não o nome de ‘público’.” (WISNIK, 2015)

Além disso, vale ressaltar que existem coletivos que atuam nas periferias da cidade, mas esses, em sua maioria, estão voltados para questões mais emergenciais como pautas raciais, sociais e de moradia. Como relatou em uma mesa de debate¹⁰ sobre ativismos um integrante do Coletivo Agentes Marginais¹¹, muitos coletivos que atuam com a transformação do espaço chegam na

⁸ “Os jovens de classe média e alta que estão crescendo na cidade de muros não parecem infelizes com sua experiência de espaços públicos. (...) eles parecem gostar bastante dos espaços seguros e vigiados dos shoppings center, lojas de fast food, discotecas e fliperamas.” (CALDEIRA, 2011)

⁹ Ciclo de debate promovido em 2015 pelo Centro Universitário Maria Antonia (USP) chamado “Inquietudes Urbanas” organizados em duas edições. A fala em questão ocorreu na edição “Ativismos na Cidade: Fricções entre o Público e o Privado”, concebida pelo Guilherme Wisnik em parceria com Thiago Carrapatoso. Ver em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705535-o-ativismo-urbano-e-o-valor-de-uso-do-espaco-publico.shtml>

¹⁰ Mesa de debate promovida pelo curso “Antropologia da cidade: ativismos, táticas, insurgências” promovido pelo GEAC - Grupo de estudos de Antropologia da Cidade - na Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

periferia e perguntam para a comunidade quais são os sonhos de transformação para aquele espaço, quando na verdade o que os moradores dali querem é poder sonhar.

Nota-se portanto uma diferença crucial entre moradores de periferia e moradores de bairros centrais em relação à percepção do espaço público e às prioridades de discurso sobre o modo de se pensar a cidade. Se faz necessário um movimento social único, sem distinção de classe, para fazer os avanços conquistados serem significativos frente ao poder do capital e para que não se condicione essas pequenas ações em práticas performáticas que estimulam a cidade mercadoria ao invés de combatê-la¹².

OS COLETIVOS URBANOS E A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O número de coletivos na cidade de São Paulo começou a aumentar nos anos 2010, sob a gestão do prefeito Gilberto Kassab (2009-2012). O relacionamento entre os coletivos e o prefeito, ou a falta de relacionamento, pode estar vinculado ao crescimento desses grupos insurgentes na época. A gestão Kassab foi marcada por políticas higienistas, suas ações iam contra o direito civil de moradores de rua, vendedores ambulantes, artistas de rua, usuários de drogas que se apropriavam das ruas como local de moradia ou trabalho. Ficava clara a indisposição do então prefeito às ocupações de pessoas nos espaços públicos da cidade, como declara a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (2012):

“O que está em jogo neste conjunto de ações por parte da Prefeitura é uma visão securitária e higienista do espaço urbano, assim como sua enorme dificuldade de tratar temas que são complexos – como o vício do crack ou a situação do morador de rua – reduzindo-os simplesmente à presença ou não destas pessoas em determinados espaços públicos.”

Muitos coletivos se manifestaram contra essa postura do poder público, incentivando ainda mais o uso do espaço público como local de manifestação e apropriação das pessoas. O Movimento Boa Praça¹³, por exemplo, se propôs a reformar os bancos “anti-mendigos” herdados da gestão Kassab. Esses bancos inibiam a permanência de moradores de rua devido à sua forma irregular, que impedia uma pessoa de se deitar no assento. O coletivo usou a estrutura de concreto para apoiar um banco de madeira regular e com encosto, oferecendo à cidade um mobiliário mais confortável e acessível a todo tipo de usuário.

¹¹ Criado em 2006, o Agentes Marginais é o coletivo do Projeto Imargem. Luta contra o isolamento das comunidades a partir da beirada sul de São Paulo às margens da represa Billings com origem no distrito do Grajaú. Propõem intervenções através de ações como: murais, esculturas, oficinas e debates articulados nos eixos arte, convivência e meio ambiente, apresentando uma arte acessível e politizada, re-significando lixo, espaço e fronteiras.

¹² Esse discurso foi travado no ciclo de debate “Ativismos e cidade: diálogos entre coletivos e universidade” realizado pelo SESC/SP em parceria com o Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP) em setembro de 2016 pelo arquiteto e urbanista Pedro Fiori Arantes.

¹³ Criado em 2008 é uma iniciativa de pessoas que querem viver em uma cidade mais humana com a intenção de mobilizar cidadãos, empresas, governos e instituições para ocupar e revitalizar os espaços públicos, em especial as praças da cidade, devolvendo a elas o seu propósito inicial: o de locais de convívio, lazer, debate e inclusão.



Figura 05: Banco “anti-mendigo” reformado pelo Movimento Boa Praça, acervo pessoal, 2015

A gestão de Kassab não foi receptiva à atuação dos coletivos, o que acabou incentivado a formação de alguns grupos como forma de protesto contra as proibições e limitações impostas. Quanto mais se tentava conter essas insurgências, mais grupos se formavam para tentar espalhar essa onda de apropriações pela cidade.



“EU TENTEI TIRAR O ARTISTA DA RUA E O BAIXOCENTRO NÃO ME REPRESENTA”

NÃO MESMO!
DOE! COLABORE! ENGAJE!
catarse.me/BaixoCentro2013

Figura 06: Imagem de divulgação do Festival Baixo Centro, facebook Festival Baixo Centro, 2013

Com a gestão de Fernando Haddad (2013-2016) o número de coletivos aumentou ainda mais, dessa vez não como movimento de protesto, mas sim pela maneira como o poder público lidou com a questão. Houve uma receptividade muito maior em relação à esses movimentos com a criação de políticas públicas para dar suporte e incentivar a atuação dos coletivos e a ocupação do

espaço público. Podemos citar alguns exemplos de políticas públicas de incentivo ao uso de áreas públicas, como o Programa Rua Aberta¹⁴, o Programa Centro Aberto¹⁵, a volta do carnaval de rua (proibido pela gestão Kassab) e a implantação dos Parklets¹⁶.

Foi criada também a Coordenação de Promoção ao Direito à Cidade, braço da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, para promover a ocupação dos espaços públicos e a cidadania. Essa coordenação, em parceria com as secretarias municipais de Cultura e Serviços, elaborou em 2014 o Edital Redes e Ruas que selecionou 59 projetos para serem financiados pela prefeitura e desenvolvidos nos espaços públicos com infraestrutura Wifi da cidade de São Paulo. Através de parcerias com coletivos, organizações e movimentos culturais foram desenvolvidos projetos para promover a inclusão, cidadania e cultura digital na cidade e potencializar transformações por meio da conexão entre o mundo digital (“redes”), a ocupação de novos espaços e a ressignificação dos equipamentos públicos (“ruas”). Em maio de 2016 foi lançado a segunda edição do Edital Redes e Ruas que se encontra em fase de execução de projetos.



Figura 07 e 08: Projeto Se liga na Praça do Edital Redes e Ruas, facebook Acupuntura Urbana, 2015

OS COLETIVOS URBANOS E O MERCADO IMOBILIÁRIO

A partir dos anos 1990 a questão cultural ganhou maior importância no processo de valorização imobiliária e passou a ser usada como estratégia explícita no desenvolvimento das cidades. Ela se tornou parte das políticas urbanas municipais, em alguns casos, financiadas pelo setor privado, através de renovações urbanas realizadas em áreas ocupadas pelas classes mais abastadas. A dimensão cultural passa a ser usada para produzir valores em torno do espetáculo urbano, onde equipamentos culturais, atividades turísticas e recuperação do

¹⁴ Criado em 2015, o programa propõe a restrição ao trânsito de veículos em determinadas ruas e avenidas da cidade, duas por subprefeitura, aos domingos e feriados, para a utilização por pedestres e ciclistas, bem como para a promoção de atividades artísticas, esportivas, gastronômicas e culturais.

¹⁵ Criado em 2014, o projeto busca a ativação do espaço público na região central da cidade por meio da renovação de suas formas de uso. Promover a diversificação das atividades – envolvendo um número maior de grupos de usuários, em faixas de tempo também ampliadas – constitui-se em um instrumento fundamental para a construção do domínio público sobre os espaços. Esse processo é capaz de promover, além da melhoria na percepção de segurança, o reforço no sentido de pertencimento e identificação da população com o Centro.

¹⁶ Em 2014 a prefeitura regulamentou a implantação de parklets, espaços temporários de permanência, convivência e lazer instalados sobre duas vagas de estacionamento nas ruas destinadas aos automóveis.

patrimônio histórico são transformados em produtos de consumo de uma cidade espetáculo, servindo de estratégia para a valorização da terra e para uma provável gentrificação desses espaços. Diante da importância da cultura como agente propulsor da valorização da terra, representantes do poder público e do setor privado veem com bons olhos projetos ditos culturais que venham a ser desenvolvidos na cidade, principalmente em áreas urbanas centrais (RENA, BERQUÓ, CHAGAS, 2014).

Nesse contexto urbano, os trabalhos desenvolvidos pelos coletivos se relacionam à indústria cultural e criativa. Essas indústrias englobam um conjunto de atividades econômicas relacionadas à produção de informação e de conhecimento, tais como publicidade, arquitetura, artes, design, moda, cinema, música, rádio e televisão. Estabelecem fortes relações econômicas com os setores de turismo, esportes, museus, galeria e patrimônio, adquirindo grande relevância no planejamento urbano enquanto suposto motor de desenvolvimento e de inserção das “cidades criativas” no cenário geopolítico global (RENA, BERQUÓ, CHAGAS, 2014). Dentro dessa lógica, destaca-se a frequente presença de parcerias público-privadas que insere as atividades dos coletivos no âmbito da economia neoliberal, onde a questão econômica tem mais relevância e as questões sociais e urbanas são deixadas em segundo plano. Com isso, muitos coletivos que desenvolvem o urbanismo tático e atuam na transformação dos espaços públicos através de mutirões de autogestão acabam inseridos na lógica do urbanismo neoliberal, como escreve o arquiteto Gabriel Kogan (2016):

“O urbanismo tático é um estágio ainda mais sofisticado desse urbanismo neoliberal. Sem nenhum controle estatal sobre a qualidade e o objetivo dos espaços públicos, a autoprodução do espaço substitui a figura das empresas privadas pela ‘comunidade’ ou indivíduos – ideologicamente difundidos como propositores do espaço público, mas que se mostram antes vítimas da externalização de custos da municipalidade endividada. (...) o urbanismo tático tem sido sistematicamente desafiado pela palavra da moda dos estudos urbanos, gentrificação. Em essência, essas ações não se distinguem do urbanismo tradicional: quanto mais capital é investido em determinada área, maior a valorização fundiária da região. A vantagem do urbanismo tático aqui é sua capilaridade e seu retorno eficiente para a gentrificação (por meio de atenção midiática ou ‘apoderamento’ das pessoas com o lugar, ‘fazer mais com menos’)”

A análise de Kogan, mesmo que muito genérica frente à variedade e complexidade das ações dos coletivos, traz um tema importante a ser discutido sobre esse tipo de atuação. Por mais que a intenção dessas ações estejam tentando ir contra a lógica mercadológica e em prol de uma cidade para as pessoas, sem a intenção de valorizar a terra e causar um possível processo de gentrificação, fica difícil conter o mercado imobiliário que se aproveita das melhorias e desenvolvimento de um espaço público, se apropriando dessas melhorias como *marketing* para futuros empreendimentos de alto padrão. Nesse sentido, a atuação dos coletivos acaba incentivando um processo de gentrificação, ainda que seja de forma involuntária.

Ao descrever o conceito da gentrificação, Martinez i Rigol (2004) apresenta a teoria de Jon Caulfield na definição dos agentes gentrificadores ao analisar um estudo de caso da cidade de Toronto. Caulfield descreve os pioneiros ou gentrificadores marginais, agentes anteriores ao gentrificador, que se assemelham aos coletivos urbanos na medida em que são responsáveis por uma transformação consciente, coletiva, contra a lógica do capital, mas que acabam preparando o terreno para o mercado, ficando reféns dos índices de valorização da terra.

“... os pioneiros, também chamados de ‘gentrificadores’ marginais, com essa função de preparar o terreno, continuavam subjugados aos interesses do

capital, mas suas práticas podiam ter outros sentidos e objetivos que se chocariam frontalmente com tais interesses. (...) o conjunto desses 'gentrificadores' marginais era assimilável ao conceito de movimento social urbano elaborado por Castells, isto é, uma ação consciente coletiva orientada à transformação do significado urbano institucionalizado contra a lógica, o interesse e os valores da classe dominante. (...) estavam de alguma forma relacionados com a emergência de um reformismo urbano social de esquerda (...) esses pioneiros não foram os agentes causadores do deslocamento ou da expulsão, já que suas práticas visavam à manutenção das pessoas e dos espaços que as haviam atraído como local de residência."

Considerando o contexto da economia capitalista, transformações que proporcionam melhorias no espaço resultam em um processo de valorização e uma provável gentrificação. Frente a isso, seria melhor não transformar para não gerar valorização e expulsão da população menos abastadas de áreas centrais e bem localizadas? Como resposta a essa questão, o crítico urbano Matthew Yglesias aponta o termo da "gentrificaçãoofobia" para identificar essa preocupação com a valorização e expulsão de moradores que pode ocasionar o atraso de projetos necessários para uma comunidade (TANSCHKEIT, 2016). Ao invés de negar a requalificação de algumas áreas da cidade, devia-se poder contar com políticas públicas que assegurassem uma moradia de qualidade em áreas centrais para a população também de baixa renda. Não se trata de manter os espaços aquém do seu potencial para que a população mais pobre possa viver no local, mas sim de oferecer mecanismos de melhoria espacial e de inclusão social.

O CASO DO COLETIVO OCUPE E ABRACE

A história do coletivo Ocupe e Abrace começou em 2013 quando a plataforma de colaboração Cidade Democrática¹⁷ lançou um concurso com o tema "A Pompeia que se quer". Este concurso de ideias visava construir propostas coletivas com sonhos e necessidades da comunidade para o desenvolvimento de um plano de bairro para a Vila Pompeia, localizada na região oeste de São Paulo.

Uma das propostas vencedoras do concurso foi sugerida por uma moradora do bairro que tinha a vontade de ter perto de sua casa uma praça para sua filha poder brincar. Ela propôs, então, a requalificação da Praça Homero Silva e acabou unindo a vizinhança em torno desse objetivo comum. Assim nasceu o coletivo Ocupe e Abrace que juntou a comunidade para ocupar a praça e abraçar novas ideias com carinho e afetividade.

A Praça Homero Silva é o maior espaço público verde do bairro da Vila Pompeia com 12.000 m² de área. Até o ano de 2013, a praça não tinha manutenção da prefeitura; se encontrava com o mato alto, com falta de equipamentos públicos, de sinalização e sem acessos apropriados, necessários devido à sua topografia em quatro níveis diferentes. Além disso, por estar sobre uma área de lençol freático, a praça apresentava regiões de charcos e locais insalubres. Abandonada pelo poder público, esse espaço não despertava o interesse da sociedade civil que o via como local de medo, violência e perigo dentro do bairro. Acreditando nas potencialidades ocultas que a Praça Homero Silva oferecia, o coletivo se juntou para discutir as possibilidades de intervenções que a transformariam no local de lazer e convívio que reivindicavam.

¹⁷ Criada pelo Instituto Seva, a iniciativa Cidade Democrática é uma plataforma de inovação aberta através da internet e tem como objetivo construir agendas públicas por meio de inteligência criativa e coletiva.

Para simbolizar a nova fase que a praça estava entrando, o coletivo optou por renomeá-la como Praça da Nascente, já que possui diversas nascentes do riacho da Água Preta. A questão das águas se tornou ponto de partida para reconectar as pessoas à natureza e assim trazer vida à praça através da ocupação do espaço pelas pessoas.

De início, objetivando melhorias estruturais, foram realizados mutirões para pintura dos muros, playground, escadarias e colocação de equipamentos como lixeiras e bancos. Para as melhorias ambientais foram realizadas mutirões de recuperação das nascentes, desenvolvimentos de lagos e plantação de hortas comunitárias, plantas e flores. Além dos mutirões, ainda em 2013, organizaram o primeiro Festival da Praça da Nascente, um festival de música, arte e confraternização que tinha o intuito de atrair os moradores para uma atividade pacífica na praça e divulgar o trabalho que estavam desenvolvendo no local. Com o êxito do festival o coletivo se fortaleceu e passou a promover o evento de forma sazonal, um a cada mudança de estação, chegando à sua nona edição no mês de dezembro de 2016. Atualmente, as atividades de melhorias ambientais continuam em ação e todo o trabalho é desenvolvido pela sociedade civil, sem investimento público, através da mobilização dos moradores e de doações de comerciantes locais.



Figura 09: Lago desenvolvido pelo Coletivo, acervo pessoal, 2016

Figura 10: XVIII Festival da Praça da Nascente, acervo pessoal, 2016

A atuação do coletivo resgatou a obrigação do poder público em gerir o espaço. A subprefeitura da Lapa passou a incluir a praça na rota mensal de limpeza e poda e autorizou as atividades de música e venda de alimentos que são realizadas nos festivais (FEDERIZZI, 2015). Essa comunicação entre o Coletivo e o poder público possibilitou, em 2015, a aprovação de um projeto de reforma promovido pela subprefeitura que previu a troca de piso, melhoria na acessibilidade, instalação de equipamentos para crianças e idosos e a reforma do muro de arrimo que se transformou em uma arquibancada em blocos de concreto.

Frente às melhorias que as ações dos coletivos trouxeram para o bairro, algumas construtoras começaram a cobiçar os terrenos ao redor da praça que abrigavam casas térreas e sobrados. Atentos ao interesse do mercado imobiliário, o coletivo, ainda em 2013, entrou com uma ação no Ministério Público tentando caracterizar a área da praça e os terrenos ao redor dela como Zona Especial de Proteção Ambiental, já que a praça e muitos desses terrenos próximos possuem nascentes do córrego da Água Preta.

Com o novo zoneamento lançado em 2016 a área da praça passou a ser uma Zona Especial de Proteção Ambiental, porém os terrenos vizinhos não foram incluídos. O enquadramento dessas áreas em Zona de Centralidade ou Zona Mista permite a construção de novos empreendimentos ao redor da praça, que podem interferir nas nascentes e na biodiversidade vegetal e animal (aves e insetos) resgatados no local.

Como era de se esperar, sua localização privilegiada dentro da cidade de São Paulo somada às ações de melhorias geradas no espaço pelo coletivo, acabou por aguçar o interesse do mercado imobiliário que viu a praça como um artifício de marketing para futuros empreendimentos. A incorporadora IdeaZarvos até indica em seu folheto publicitário a presença da Praça como algo “legal” do bairro.

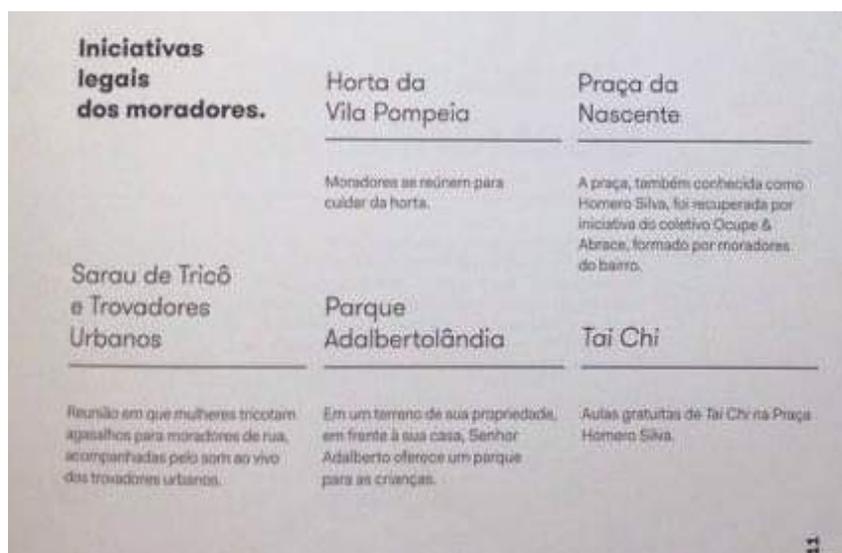


Figura 11: Encarte publicitário da incorporadora IdeaZarvos, acervo pessoal, 2016

Hoje o coletivo enfrenta uma situação de conflito com o mercado. Comprado por uma construtora, o terreno vizinho que abrigava casinhas e sobrados e que tem três nascentes catalogadas pelo IGC¹⁸ agora corre o risco de virar um grande edifício residencial de 22 andares e 3 subsolos de estacionamentos. Essa obra poderá afetar o lençol freático e as nascentes que foram resgatadas na praça. Por se tratar de uma área de nascentes o Código Florestal proíbe a construção de qualquer edificação. Frente a isso o coletivo já se manifestou contra o empreendimento e estão tentando, junto ao Ministério Público, proibir a evolução da obra que se encontra em fase de demolição das edificações existentes. Até o momento a construtora não obteve o licenciamento para a construção, o que estimula o coletivo a se manter ativo na cobrança do poder público para vetar a edificação.

¹⁸ O Instituto Geográfico e Cartográfico tem como objetivo promover o conhecimento do território paulista. Para isso, dedica-se à cartografia de detalhe e precisão, oferecendo produtos como cartas e mapas do Estado de São Paulo, de suas regiões e de seus Municípios.



Figura 12: Muro de divisa entre o terreno da construtora e a praça, Folha de São Paulo, 2016

Figura 13: Terreno de casas demolidas e praça ao fundo, Folha de São Paulo, 2016

Frente aos problemas dos últimos anos em relação à escassez de água e aos inúmeros casos de enchentes que ocorrem não só na região da Pompeia, mas em toda a cidade, é de extrema importância a discussão sobre construções imprudentes sobre as áreas de nascentes. A mobilização dos moradores em prol das nascentes demonstra uma ruptura com a ideia de priorização dos espaços construídos em detrimento do meio ambiente, demonstrando o crescente desejo da sociedade em viver em uma cidade com espaços públicos de qualidade que resgatem a natureza em meio ao ambiente urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos houve uma inversão na dinâmica de uso dos espaços públicos na cidade de São Paulo. A cidade de muros passou a ser negada, enquanto que os espaços abertos, de lazer e convivência estão sendo reivindicados.

Há na cidade uma quantidade significativa de espaços públicos com potencialidades ocultas pela falta de investimentos e abandono. A atuação dos coletivos urbanos busca potencializar esses espaços existentes e transformá-los em locais de lazer, cultura e convivência reivindicados pela população.

Cabe aos coletivos demonstrar que suas ações são pertinentes, certificando que as apropriações estão aproximando os cidadãos à cidade a partir da correta interpretação das demandas da sociedade em geral. Se faz necessário potencializar a ideia de coletivo para que se pense uma cidade realmente acessível a todos, e não apenas para setores privilegiados em áreas privilegiadas. Além disso, deve-se entender que essas ações, por mais que venham lutando por uma cidade mais democrática, acabam gerando reações. É de extrema importância que esses coletivos consigam lidar com os interesses mercadológicos impostos pelo capital para que não acabem confundindo pessoas com consumidores no processo de desenvolvimento das cidade.

O modo tradicional de desenvolvimento das cidades brasileiras, baseado em planos urbanísticos elaborados por estudiosos e representantes do governo vem sendo questionado, enquanto que novas possibilidades de organização do espaço e da sociedade ganham importância na orientação dos estudos do planejamento urbano, político e social. A atuação dos coletivos se mostra como uma nova possibilidade de atuação da sociedade civil na proposição das cidades e está fazendo

com que ações de ressignificação dos espaços públicos de maneira inovadora, insurgente, e democrática se multipliquem pelo país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDEIRA, T. P. R. "Cidade de muros". São Paulo: Editora 34, 2011.

FEDERIZZI, C. L. "Design para inovação social: a cidade feita pelas pessoas". Dissertação - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2014.

HARVEY, D. "A justiça social e a cidade". São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. "Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana". São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. "O direito à cidade". São Paulo: Centauro, 2010.

MARTINEZ I RIGOL, S. "A gentrification: conceito e método". In: Carlos, AFA.; Carreras, C. (orgs.). Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, p.98-121.

RENA, N.; BERQUÓ, P.; CHAGAS, F. "Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes" In: Lugar Comum, n41. Rio de Janeiro: LABTeC/ UFRJ, 2014, p. 71-88.

SITES CONSULTADOS

A BATATA PRECISA DE VOCÊ. Disponível em: <<http://largodabatata.com.br/a-batata-precisa-de-voce/>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

A BATATA PRECISA DE VOCÊ, Perfil do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/abatataprecisadevoce/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

ACUPUNTURA URBANA, Perfil do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/acupunturaurbana.au/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

A POMPÉRIA QUE SE QUER, Perfil do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PompeiaQSQ/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BARULHO.ORG, Perfil do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/BarulhoOrg/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BELA RUA. Disponível em:<<http://www.belarua.com.br/#viva/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

CICLOCIDADE. Disponível em:<<http://www.ciclocidade.org.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

COLETIVO BIJARI. Disponível em:<<http://www.bijari.com.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2016

EDITAL REDES E RUAS. Disponível em: <<https://redesrua.wordpress.com/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

EDITAL REDES E RUAS, Perfil do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/editalredesruas/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

FEMINICIDADE. Disponível em:<<http://www.feminicidade.com.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

GESTÃO URBANA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

IMARGEM, Perfil do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Imargem/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

KOGAN, G. “Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal”, 2016. Disponível em: <<https://cosmopista.com/2016/03/22/urbanismo-tatico-estagio-avancado-do-urbanismo-neoliberal/>> Acesso em: 06 nov. 2016.

OCUPE E ABRACE. Disponível em: < <http://www.ocupeeabrace.com.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

PRAÇA DA NASCENTE, Perfil do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PracaDaNascente/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

ROLNIK, R. “Onde vai parar a política higienista de Kassab”, 2012. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/07/10/onde-vai-parar-a-politica-higienista-de-kassab/>> Acesso em: 27 nov. 2016.

SAMPAPÉ, Perfil do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/sampape.sp/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

SANT'ANNA, E.; VERPA, D. “Moradores tentam barrar espigão em área de nascentes na zona oeste de São Paulo”, 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1834757-moradores-tentam-barrar-espigao-em-area-de-nascentes-na-zona-oeste-de-sp.shtml>> Acesso em: 27 nov, 2016

SISTEMA NEGRO, Perfil do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/sistemanegrodesom011/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

TANSCHKEIT, P. “Placemaking x gentrificação: a diferença entre revitalizar e elitizar um espaço público”, 2016. Disponível em: < <http://www.archdaily.com.br/br/791764/placemaking-x-gentrificacao-a-diferenca-entre-revitalizar-e-elitizar-um-espaco-publico> > Acesso em: 06 nov. 2016

WISNIK, G. “O ativismo urbano e o valor de uso do espaço público”, 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705535-o-ativismo-urbano-e-o-valor-de-uso-do-espaco-publico.shtml>> Acesso em: 27 nov. 2016